



Diário da Justiça

ESTADO DA PARAÍBA

SEGUNDO CADERNO

Nº 13.187

João Pessoa - Domingo, 30 de Novembro de 2008

Preço: R\$ 2,00



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA PARAÍBA

Rua: Rodrigues de Aquino s/n – Centro
CEP: 58.013-30 – João Pessoa-PB
Fone: (83) 2107-6000
Internet: www.pgj.pb.gov.br

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

Procuradora-Geral de Justiça:
Proc. Janete Maria Ismael da Costa Macedo

Subprocurador-Geral de Justiça:
Proc. Paulo Barbosa de Almeida

Corregedor-Geral do Ministério Público:
Proc. José Roseno Neto

Secretário-Geral:
Prom. Cláudio Antonio Cavalcanti

1º C A O P - João Pessoa
Coordenador:
Prom. Hamilton de Souza Neves Filho

2º C A O P - Campina Grande
Coordenador:
Prom. José Eulámpio Duarte

PROCURADORIAS CÍVEIS

1ª CÂMARA CÍVEL:
Proc. Janete Maria Ismael da Costa Macedo
Proc. Sônia Maria Guedes Alcoforado
Proc. Otanilza Nunes de Lucena

2ª CÂMARA CÍVEL:
Proc. Lúcia de Fátima Maia de Farias
Proc. Nelson Antônio Cavalcante Lemos
Proc. Francisco Sagres Macedo Vieira

3ª CÂMARA CÍVEL:
Proc. Doriel Veloso Gouveia
Proc. Marcus Vilar Souto Maior
Proc. Alcides Orlando de Moura Jansen

4ª CÂMARA CÍVEL:
Proc. José Raimundo de Lima
Proc. Risalva da Câmara Torres
Proc. José Roseno Neto

PROCURADORIA CRIMINAL:

Proc. José Marcos Navarro Serrano
Proc. Josélia Alves de Freitas
Proc. Kátia Rejane Medeiros Lira de Lucena
Proc. Álvaro Cristino Pinto Gadelha Campos
Proc. Paulo Barbosa de Almeida
Proc. Antonio de Pádua Torres
Proc. Maria Lurdélia Diniz de Albuquerque Melo

CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Proc. Janete Maria Ismael da Costa Macedo (Presidente)
Proc. José Roseno Neto
Proc. Alcides Orlando de Moura Jansen
Proc. Álvaro Cristino P. Gadelha Campos
Proc. Francisco Sagres Macedo Vieira
Proc. José Raimundo de Lima
Proc. Marcus Vilar Souto Maior
Prom. Cláudio Antonio Cavalcanti (Secretário)

OAB Ordem dos Advogados do Brasil

OAB – ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL
Seccional da Paraíba
CASA DO ADVOGADO E DOS DIREITOS HUMANOS

RESOLUÇÃO Nº 02/GP/2008.

FIXA O VALOR DA ANUIDADE PARA O EXERCÍCIO DE 2009 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O CONSELHO DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL, SECCIONAL DA PARAÍBA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 58, inciso IX da Lei nº 8.906/94 Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil - EOAB, c/c com o art. 55 do Regulamento Geral do EOAB, tendo em vista decisão adotada na reunião ordinária realizada no dia 28 de novembro de 2008.

RESOLVE:

Art. 1º - Fixar a anuidade para os inscritos nesta seccional, no exercício de 2008, em **42 URH** (Quarenta e Duas Unidades Referencial de Honorários), para o **advogado** e **16,8 URH** (Dezesseis vírgulas oito Unidades Referencial de Honorários), para os Estagiários, com vencimento até o dia **30 de junho de 2009**.

§ 1º - O acadêmico que requerer a inscrição de estagiário no primeiro semestre em que adquirir o direito, sua anuidade terá uma redução de **75%** (setenta e cinco por cento) sobre o valor fixado para anuidade dos Advogados, correspondendo esta a **10,5 URH** (Dez vírgulas cinco Unidade Referencial de Honorários).

§ 2º - O acadêmico que requerer a inscrição de estagiário no segundo semestre em que adquirir o direito, sua anuidade terá uma redução de **70%** (setenta por cento) sobre o valor fixado para anuidade dos Advogados, correspondendo esta a **12,6 URH** (Doze vírgulas seis Unidade Referencial de Honorários).

§ 3º - O acadêmico que requerer a inscrição de estagiário no terceiro semestre em que adquirir o direito, sua anuidade terá uma redução de **65%** (sessenta e cinco por cento) sobre o valor fixado para anuidade dos Advogados, correspondendo esta a **14,7 URH** (Catorze vírgulas sete Unidade Referencial de Honorários).

§ 4º - Os Estagiários já Inscritos nesta seccional terão uma redução de **10%** (dez por cento) sobre o valor fixado para a sua anuidade, desde que efetue o pagamento até **30 de abril de 2009**, correspondendo esta a **15,12 URH** (Quinze vírgula doze Unidade Referencial de Honorários).

§ 5º - O pagamento efetivado antecipadamente até o dia **30 de janeiro de 2009**, da anuidade do advogado, terá desconto de **28,57%**, (vinte e oito vírgula quarenta e sete por cento), ficando a anuidade reduzida para **30 URH** (Trinta Unidades Referencial de Honorários).
§ 6º - O pagamento efetivado até o dia **27 de fevereiro de 2009**, terá desconto de **23,81%** (vinte e três vírgula oitenta e hum por cento), ficando, portanto, reduzido para **32 URH** (Trinta e duas Unidades Referencial de Honorários).

§ 7º - O pagamento efetivado até **31 de março de 2009**, terá desconto de **16,67%** (dezesseis vírgula sessenta e sete por cento) ficando a anuidade reduzida para **35 URH** (trinta e cinco Unidades Referencial de Honorários).

§ 8º - O pagamento efetivado até **30 de abril de 2009**, terá desconto de **09,52%** (nove vírgula cinquenta e dois por cento) ficando a anuidade reduzida para **38 URH** (trinta e oito Unidades Referencial de Honorários).

§ 9º - O pagamento efetivado até **29 de maio de 2009**, terá desconto de **04,76%** (quatro vírgula setenta e seis por cento) ficando a anuidade reduzida para **40 URH** (quarenta Unidades Referencial de Honorários).

§ 10º - O pagamento efetivado a partir de **01 de junho de 2009**, a anuidade será de **42 URH** (quarenta e duas Unidades Referencial de Honorários).

Art. 2º - O pagamento da anuidade pelo valor fixado no artigo primeiro, de **42 URH** (quarenta e duas Unidades Referencial de Honorários) poderá ser parcelado,

sem nenhum acréscimo, em até **06** (seis) parcelas iguais e sucessivas, no valor correspondente a **07 URH** (Sete Unidades Referencial de Honorários) desde que seja paga a primeira parcela até **30 de janeiro de 2009**.

Parágrafo Único - O pagamento poderá ser efetuado também em **10** (dez) parcelas no valor nominal de cada uma em **05 URH** (cinco Unidade Referencial de Honorários) conforme expresso na **Tabela** anexa que passa a fazer parte integrante desta Resolução, como **ANEXO I**.

Art. 3º - O não pagamento da anuidade integral ou parcelada nos períodos preestabelecidos, acarretará a incidência de multa de **2,0%** (dois por cento) e juros moratórios de **1,0%** (hum por cento) ao mês, autorizando inclusive a respectiva cobrança judicial.

Art. 4º - Farão jus ao desconto sobre o valor fixado no Art. 1º desta Resolução:
I - De **50%** (cinquenta por cento):

- a) Os bacharéis em direito que concluírem o curso no ano de **2009**, ao se inscreverem até 31 de julho de 2009, perdurando o direito as anuidades de 2010 e 2011;
- b) Os bacharéis em direito que concluíram no ano de 2008, já inscritos ou os que se inscreverem até 31 de julho de 2009, perdurando o direito para as anuidades de 2009 e 2010;
- c) Os bacharéis em direito que concluíram no ano de 2007, já inscritos ou os que se inscreverem até 31 de julho de 2009, direito este restrito à anuidade 2009.

II - De **25%** (vinte e cinco por cento):

a) Os bacharéis em direito que concluíram o curso no ano de **2006**, já inscritos ou que se inscreverem até 31 de julho de 2009, direito este restrito à anuidade 2009.

§ 1º - A partir do mês de **agosto** os novos inscritos pagarão anuidade proporcional sobre o valor fixado no Art. 1º desta Resolução.

§ 2º - Os bacharéis em direito que optarem pelo parcelamento da anuidade, esta deverá ser efetivada com base no valor fixado no Art. 1º desta Resolução.

Art. 5º - Ficam dispensados do pagamento da anuidade de 2009 Advogados que estejam impossibilitados para o exercício profissional em razão de sua condição de saúde desde que estejam adimplentes com as obrigações dos anos anteriores e, assim, requeira até **30 de junho de 2009**.

Art. 6º - Fica fixado em **R\$ 10,00** (dez reais) o valor de **01** (uma) Unidade Referencial de Honorários.

Art. 7º - Fica autorizada a inscrição na **Dívida Ativa e em Órgãos de Cadastro de Inadimplentes**, dos débitos correspondentes ao presente exercício, vencidos e não pagos após **30 de junho de 2009**, assim como aqueles relativos aos exercícios anteriores, acrescidos dos valores e encargos fixados nesta Resolução, além de atualização monetária, assim como a cobrança judicial e/ou extrajudicial, nos termos da **Lei nº 8.906, de 04.07.1994**, podendo a OAB-PB credenciar empresas de cobrança e escritórios de advocacia para a sua execução;
Art. 8º - Os Advogados inadimplentes não poderão se beneficiar dos serviços da Caixa de Assistência dos Advogados, bem como da Escola Superior de Advocacia da Paraíba - **ESA/PB** e participar de seus cursos, além de outros convênios.

Art. 9º - A presente Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Sala de Sessões, em João Pessoa - PB, 28 de novembro de 2008.

JOSÉ MÁRIO PORTO JÚNIOR
Presidente

GILVÂNIA MACIEL VÍRGINIO PEQUENO
Vice-Presidente

GEILSON SALOMÃO LEITE
Secretário Geral

LÚCIA DE FÁTIMA ASSIS QUEIROGA
Secretário Geral Adjunto

PAULO GUEDES PEREIRA
Diretor Tesoureiro

TABELA DE ANUIDADE – 2009 ANEXO I – RESOLUÇÃO Nº 02/GP/2008

VALOR DE UMA (01) U.R.H. = R\$ 10,00 (dez reais)

I – ANUIDADE DE ADVOGADOS:

1.1 - PAGAMENTO À VISTA E COM DESCONTO:

42 U.R.H. R\$ 420,00 (quatrocentos e vinte reais)

Pagamento Único até o dia 30.01.2009 = 30 URH = R\$ 300,00 (trezentos reais)
Pagamento Único até o dia 27.02.2009 = 32 URH = R\$ 320,00 (trezentos e vinte reais)
Pagamento Único até o dia 31.03.2009 = 35 URH = R\$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais)
Pagamento Único até o dia 30.04.2009 = 38 URH = R\$ 380,00 (trezentos e oitenta reais)
Pagamento Único até o dia 29.05.2009 = 40 URH = R\$ 400,00 (quatrocentos reais)
Pagamento Único até o dia 30.06.2009 = 42 URH = R\$ 420,00 (quatrocentos e vinte reais)

1.2 - PAGAMENTO PARCELADO SEM ACRÉSCIMO:

Parcelamento na Tesouraria da OAB-PB em 06 (seis) Parcelas = 42 U.R.H.

Pagamento até 30.01.2009 = 07 U.R.H. = R\$ 70,00 (setenta reais)
Pagamento até 27.02.2009 = 07 U.R.H. = R\$ 70,00 (setenta reais)
Pagamento até 31.03.2009 = 07 U.R.H. = R\$ 70,00 (setenta reais)
Pagamento até 30.04.2009 = 07 U.R.H. = R\$ 70,00 (setenta reais)
Pagamento até 29.05.2009 = 07 U.R.H. = R\$ 70,00 (setenta reais)
Pagamento até 30.06.2009 = 07 U.R.H. = R\$ 70,00 (setenta reais)

1.3 - PAGAMENTO PARCELADO COM ACRÉSCIMO:

Parcelamento na Tesouraria da OAB-PB em 10 (dez) Parcelas = 50 U.R.H.

Até 30.01.2009 - 05 U.R.H. = R\$ 50,00 (cinquenta reais)
Até 27.02.2009 - 05 U.R.H. = R\$ 50,00 (cinquenta reais)
Até 31.03.2009 - 05 U.R.H. = R\$ 50,00 (cinquenta reais)
Até 30.04.2009 - 05 U.R.H. = R\$ 50,00 (cinquenta reais)
Até 29.05.2009 - 05 U.R.H. = R\$ 50,00 (cinquenta reais)
Até 30.06.2009 - 05 U.R.H. = R\$ 50,00 (cinquenta reais)
Até 31.07.2009 - 05 U.R.H. = R\$ 50,00 (cinquenta reais)
Até 28.08.2009 - 05 U.R.H. = R\$ 50,00 (cinquenta reais)
Até 30.09.2009 - 05 U.R.H. = R\$ 50,00 (cinquenta reais)
Até 30.10.2009 - 05 U.R.H. = R\$ 50,00 (cinquenta reais)

II - ANUIDADE DE ESTAGIÁRIOS:

U.R.H R\$ 168,00 (cento e sessenta e oito reais)

2.1 - PAGAMENTO À VISTA E COM DESCONTO PARA ESTAGIÁRIOS:

Inscrição Inicial - 1º Semestre (Desconto de 75%)
Art. 1º § 1º = R\$ 105,00
Inscrição Inicial - 2º Semestre (Desconto de 70%)
Art. 1º § 2º = R\$ 126,00
Inscrição Inicial - 3º Semestre (Desconto de 65%)
Art. 1º § 3º = R\$ 147,00
Estagiários já Inscritos - (Desconto de 10%) - até 30/04/09 - Art. 1º § 4º = R\$ 151,20

2.2 - PAGAMENTO PARCELADO PARA ESTAGIÁRIOS:

Até 27.02.2009 - 04 PARCELAS = R\$ 42,00 (quarenta e dois reais)

Até 31.03.2009 - 02 PARCELAS = R\$ 84,00 (oitenta e quatro reais)

III - ANUIDADE DE BACHARÉIS CONCLUINTES 2009, 2008 e 2007.

21,0 U.R.H R\$ 210,00 (duzentos e dez reais)

IV - ANUIDADE DE BACHARÉIS CONCLUINTES 2006.

31,5 U.R.H R\$ 315,00 (trezentos e quinze reais)

OBS (III e IV): Caso opte pelo parcelamento, o valor será com base no Art. 1º desta Resolução.

OBSERVAÇÕES:

I - Na hipótese de parcelamento, o valor da parcela será calculado de conformidade com a U.R.H do mês do pagamento, caso haja alteração no seu valor.

O Diário da Justiça mudou o e-mail: diariodajustica@auniao.pb.gov.br

II - Os bacharéis em direito que concluírem o curso no presente exercício, bem como os que assim fizeram nos anos de 2007 e 2008, ao se inscreverem como advogados, terão um desconto de 50% (cinquenta por cento) no valor da anuidade estipulada na cláusula 1ª da Resolução, ficando o valor da anuidade correspondente a 21 (vinte e um) URHs e, os bacharéis em direito que concluíram o curso em 2006, terão o desconto de 25% (vinte e cinco por cento), ficando o valor da anuidade correspondente a 31,5 (trinta e um virgula cinco) URHs.

III - Na hipótese de parcelamento, o atraso no pagamento de qualquer parcela, importará na incidência de multa no valor de 2,0% (dois por cento), juros de mora no valor de 1,0% (um por cento) ao mês e atualização monetária com base na variação do INPC - Índice Nacional de Preços ao Consumidor.

João Pessoa - PB, 28 de novembro de 2008.

JOSÉ MÁRIO PORTO JÚNIOR
Presidente

PAULO GUEDES PEREIRA
Diretor Tesoureiro

JUSTIÇA FEDERAL

1ª VARA FEDERAL
DR. JOAO BOSCO MEDEIROS DE SOUSA
Juiz Federal
Nº. Boletim 2008.000119

FICAM INTIMADAS AS PARTES E SEUS ADVOGADOS DAS SENTENÇAS/DECISÕES/DESPACHOS NOS AUTOS ABAIXO RELACIONADOS PROFERIDOS PELO MM. JUIZ FEDERAL DR. JOAO BOSCO MEDEIROS DE SOUSA

Expediente do dia 24/11/2008 16:57

29 - AÇÃO ORDINÁRIA (PROCEDIMENTO COMUM ORDINÁRIO)

1 - 2007.82.00.002354-5 GM ENGENHARIA LTDA (Adv. NELSON WILLIAMS FRATONI RODRIGUES, RODRIGO OTAVIO ACCETE BELINTANI, FABIO DA COSTA VILAR, RAFAEL SGANZERLA DURAND, OBERDAN MOREIRA ELIAS, DANIEL CAETANO FERNANDES DA LUZ, FRANCISCO LUIS GADELHA SANTOS) x UNIÃO (Adv. SEM PROCURADOR). Vista à parte autora para, querendo, impugnar a(s) contestação(ões) apresentada(s) (fls.), no prazo de 10 (dez) dias.

2 - 2007.82.00.008640-3 PEDRO VINICIUS SALVIANO, MENOR REPRESENTADO POR SUA GENITORA MARIA DE FATIMA SALVIANO CANDOIA (Adv. EDINEUZA DE LOURDES BRAZ, GENEIDE SILVEIRA DOS SANTOS VENTURA) x UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA - UFPB (Adv. SEM PROCURADOR). Vista à parte autora para, querendo, impugnar a(s) contestação(ões) apresentada(s) (fls.), no prazo de 10 (dez) dias.

3 - 2008.82.00.000150-5 OTINALDO LOURENÇO DE ARRUDA MELO (Adv. FABIANO BARCIA DE ANDRADE) x UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA - UFPB (Adv. SEM PROCURADOR). Vista à parte autora para, querendo, impugnar a(s) contestação(ões) apresentada(s) (fls.), no prazo de 10 (dez) dias.

4 - 2008.82.00.000260-1 OSVALDO MEIRA TRIGUEIRO (Adv. IVANA LUDMILLA VILLAR MAIA, KARINA PALOVA VILLAR MAIA) x UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA - UFPB (Adv. SEM PROCURADOR) x UNIAO (FAZENDA NACIONAL) (Adv. SEM PROCURADOR). Vista à parte autora para, querendo, impugnar a(s) contestação(ões) apresentada(s) (fls.), no prazo de 10 (dez) dias.

5 - 2008.82.00.000484-1 MARIO ROSAS DE BARROS (Adv. AMÉRICO GOMES DE ALMEIDA, ANA ÉRIKA MAGALHÃES GOMES) x UNIÃO (Adv. SEM PROCURADOR). Vista à parte autora para, querendo, impugnar a(s) contestação(ões) apresentada(s) (fls.), no prazo de 10 (dez) dias.

GOVERNO DO ESTADO Governador Cássio Cunha Lima

SECRETARIA DE ESTADO
DA COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL

A UNIÃO Superintendência de Imprensa e Editora
BR 101 - Km 03 - Distrito Industrial
João Pessoa-PB - CEP 58082-010

JOSÉ ITAMAR DA ROCHA CÂNDIDO
SUPERINTENDENTE

RONALDO SÉRGIO GUERRA DOMINONI
DIRETOR ADMINISTRATIVO

GEOVALDO CARVALHO
DIRETOR TÉCNICO

FRED KENNEDY DE A. MENEZES
DIRETOR DE OPERAÇÕES

Diário da Justiça

Editor: Walter de Souza

Fones: 218-6521/218-6526/218-6533

E-mail: diariodajustica@auriao.pb.gov.br

Assinatura: (83) 218-6518

Anual R\$ 400,00
Semestral R\$ 200,00
Número Atrasado R\$ 3,00

6 - 2008.82.00.000962-0 JOSE PEREIRA DE AGUIAR E OUTROS (Adv. VERONICA LEITE ALBUQUERQUE DE BRITO, GERSON MOUSINHO DE BRITO, YARA GADELHA BELO DE BRITO, ALEXANDRE RAMALHO PESSOA) x FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE - FUNASA (Adv. SEM PROCURADOR). Vista à parte autora para, querendo, impugnar a(s) contestação(ões) apresentada(s) (fls.), no prazo de 10 (dez) dias.

7 - 2008.82.00.001846-3 RONALDO CAVALCANTE DE SANTANA (Adv. ANTONIO ANIZIO NETO, ROSE ALINE CARVALHO DE MIRANDA SANTANA) x UNIÃO FEDERAL (MINISTÉRIO DO EXÉRCITO) (Adv. SEM PROCURADOR). Vista à parte autora para, querendo, impugnar a(s) contestação(ões) apresentada(s) (fls.), no prazo de 10 (dez) dias.

8 - 2008.82.00.002855-9 IVONETE DE SOUZA LIMA DA SILVA E OUTROS (Adv. GERSON MOUSINHO DE BRITO, VERONICA LEITE ALBUQUERQUE DE BRITO, YARA GADELHA BELO DE BRITO, ALEXANDRE RAMALHO PESSOA) x FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE - FUNASA (Adv. SEM PROCURADOR). Vista à parte autora para, querendo, impugnar a(s) contestação(ões) apresentada(s) (fls.), no prazo de 10 (dez) dias.

9 - 2008.82.00.003693-3 CORINA FLAVIA BARRETO VILAR (Adv. MARIA DA CONCEICAO O.M. DE CARVALHO) x UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA - UFPB (Adv. SEM PROCURADOR). Vista à parte autora para, querendo, impugnar a(s) contestação(ões) apresentada(s) (fls.), no prazo de 10 (dez) dias.

10 - 2008.82.00.004407-3 ABSALAO XAVIER DA CRUZ E OUTROS (Adv. VERONICA LEITE ALBUQUERQUE DE BRITO, GERSON MOUSINHO DE BRITO, YARA GADELHA BELO DE BRITO) x FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE - FUNASA (Adv. PROCURADORIA FEDERAL NO ESTADO DA PARAIBA). Vista à parte autora para, querendo, impugnar a(s) contestação(ões) apresentada(s) (fls.), no prazo de 10 (dez) dias.

11 - 2008.82.00.004576-4 MARIA DO SOCORRO VIANA COSTA (Adv. DAVID SARMENTO CAMARA, LUCIANA RAQUEL FERREIRA DE FREITAS CAMARA) x UNIÃO (Adv. SEM PROCURADOR). Vista à parte autora para, querendo, impugnar a(s) contestação(ões) apresentada(s) (fls.), no prazo de 10 (dez) dias.

12 - 2008.82.00.004752-9 IRIS CRISTINA LEIROS MEIRA E OUTROS (Adv. JOSE RAMOS DA SILVA, YURI PORFIRIO CASTRO DE ALBUQUERQUE) x CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF (Adv. LUCIANA GURGEL DE AMORIM). Vista à parte autora para, querendo, impugnar a(s) contestação(ões) apresentada(s) (fls.), no prazo de 10 (dez) dias.

13 - 2008.82.00.005002-4 CECIDIO SILVANO VIDAL (Adv. JURANDIR PEREIRA DA SILVA, CICERO RICARDO ANTAS A CORDEIRO, RIVANA CAVALCANTE VIANA) x INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL - INSS (Adv. SEM PROCURADOR). Vista à parte autora para, querendo, impugnar a(s) contestação(ões) apresentada(s) (fls.), no prazo de 10 (dez) dias.

14 - 2008.82.00.005059-0 NIELSON DAS NEVES BRANDÃO (Adv. JEAN CAMARA DE OLIVEIRA, IBER CAMARA DE OLIVEIRA) x CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF (Adv. LUCIANA GURGEL DE AMORIM). Vista à parte autora para, querendo, impugnar a(s) contestação(ões) apresentada(s) (fls.), no prazo de 10 (dez) dias.

15 - 2008.82.00.005215-0 DANIEL OSTERNE CARNEIRO E OUTROS (Adv. JURANDIR PEREIRA DA SILVA, CICERO RICARDO ANTAS A CORDEIRO, RIVANA CAVALCANTE VIANA) x DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS - DNOCS (Adv. PROCURADORIA FEDERAL NO ESTADO DA PARAIBA). Vista à parte autora para, querendo, impugnar a(s) contestação(ões) apresentada(s) (fls.), no prazo de 10 (dez) dias.

16 - 2008.82.00.005266-5 EVA ISA DINIZ ARAUJO DOS SANTOS E OUTROS (Adv. IVANA LUDMILLA VILLAR MAIA, KARINA PALOVA VILLAR MAIA) x FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE - FUNASA (Adv. PROCURADORIA FEDERAL NO ESTADO DA PARAIBA). Vista à parte autora para, querendo, impugnar a(s) contestação(ões) apresentada(s) (fls.), no prazo de 10 (dez) dias.

17 - 2008.82.00.005361-0 ANASSIL LEITE DE MELO (Adv. JOAO NUNES DE CASTRO NETO) x CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF (Adv. LUCIANA GURGEL DE AMORIM). Vista à parte autora para, querendo, impugnar a(s) contestação(ões) apresentada(s) (fls.), no prazo de 10 (dez) dias.

18 - 2008.82.00.005427-3 MAURO GONÇALVES DE OLIVEIRA (Adv. JOSE LUIS DE SALES) x CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF (Adv. FRANCISCO EDWARD AGUIAR NETO). Vista à parte autora para, querendo, impugnar a(s) contestação(ões) apresentada(s) (fls.), no prazo de 10 (dez) dias.

19 - 2008.82.00.005490-0 AVANY ALVES DA NOBREGA (Adv. JURANDIR PEREIRA DA SILVA, CICERO RICARDO ANTAS A CORDEIRO, RIVANA CAVALCANTE VIANA) x DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS - DNOCS (Adv. SEM PROCURADOR). Vista à parte autora para, querendo, impugnar a(s) contestação(ões) apresentada(s) (fls.), no prazo de 10 (dez) dias.

20 - 2008.82.00.005529-0 SEVERINO RAMOS DE SOUTO (Adv. JOAO NUNES DE CASTRO NETO) x CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF (Adv. LUCIANA GURGEL DE AMORIM). Vista à parte autora para, querendo, impugnar a(s) contestação(ões) apresentada(s) (fls.), no prazo de 10 (dez) dias.

21 - 2008.82.00.005531-9 VALDECI NASCIMENTO DE ARAUJO (Adv. JOAO NUNES DE CASTRO NETO) x CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF

(Adv. LUCIANA GURGEL DE AMORIM). Vista à parte autora para, querendo, impugnar a(s) contestação(ões) apresentada(s) (fls.), no prazo de 10 (dez) dias.

22 - 2008.82.00.005726-2 DIRCE GOMES COSTA E OUTROS (Adv. JOAO NUNES DE CASTRO NETO) x CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF (Adv. LUCIANA GURGEL DE AMORIM). Vista à parte autora para, querendo, impugnar a(s) contestação(ões) apresentada(s) (fls.), no prazo de 10 (dez) dias.

23 - 2008.82.00.005748-1 FRANCISCA REGINA DA SILVA E OUTRO (Adv. JURANDIR PEREIRA DA SILVA, CICERO RICARDO ANTAS A CORDEIRO, RIVANA CAVALCANTE VIANA, ANDRE CASTELO BRANCO PEREIRA DA SILVA, JORGE ANTONIO DE ASSIS COSTA) x DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS - DNOCS (Adv. PROCURADORIA FEDERAL NO ESTADO DA PARAIBA). Vista à parte autora para, querendo, impugnar a(s) contestação(ões) apresentada(s) (fls.), no prazo de 10 (dez) dias.

24 - 2008.82.00.005915-5 MANACES PEREIRA DA SILVA FILHO (Adv. JOSÉ EVERALDO VIEIRA FREIRE) x CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF (Adv. LUCIANA GURGEL DE AMORIM). Vista à parte autora para, querendo, impugnar a(s) contestação(ões) apresentada(s) (fls.), no prazo de 10 (dez) dias.

25 - 2008.82.00.006024-8 TEREZINHA DE JESUS VICENTE DA COSTA (Adv. LAVOISIER NUNES DE CASTRO, MARIA ESTELA CUNHA DE CASTRO) x CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF (Adv. LUCIANA GURGEL DE AMORIM). Vista à parte autora para, querendo, impugnar a(s) contestação(ões) apresentada(s) (fls.), no prazo de 10 (dez) dias.

26 - 2008.82.00.006026-1 MARIA DE LOURDES BIZERRIL SILVA (Adv. LAVOISIER NUNES DE CASTRO, MARIA ESTELA CUNHA DE CASTRO, SEBASTIÃO TEOTÔNIO DE MELO FILHO) x CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF (Adv. LUCIANA GURGEL DE AMORIM). Vista à parte autora para, querendo, impugnar a(s) contestação(ões) apresentada(s) (fls.), no prazo de 10 (dez) dias.

27 - 2008.82.00.006031-5 MARIA DO LIVRAMENTO COSTA SANTOS (Adv. LAVOISIER NUNES DE CASTRO, MARIA ESTELA CUNHA DE CASTRO) x CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF (Adv. LUCIANA GURGEL DE AMORIM). Vista à parte autora para, querendo, impugnar a(s) contestação(ões) apresentada(s) (fls.), no prazo de 10 (dez) dias.

28 - 2008.82.00.006167-8 EDSON CUNHA FILHO (Adv. LAVOISIER NUNES DE CASTRO, MARIA ESTELA CUNHA DE CASTRO, TACYANNA FLÁVIA CUNHA DE CASTRO AZEVEDO) x CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF (Adv. LUCIANA GURGEL DE AMORIM). Vista à parte autora para, querendo, impugnar a(s) contestação(ões) apresentada(s) (fls.), no prazo de 10 (dez) dias.

29 - 2008.82.00.006526-0 ALVO DISTRIBUIDORA DE COMBUSTIVEIS LTDA (Adv. ROSA MARIA DE JESUS DAA SILVA COSTA DE CASTRO, PAULO ROBERTO ESTEVES DE MENDONÇA) x UNIAO (FAZENDA NACIONAL) (Adv. SEM PROCURADOR). Vista à parte autora para, querendo, impugnar a(s) contestação(ões) apresentada(s) (fls.), no prazo de 10 (dez) dias.

75 - EMBARGOS À EXECUÇÃO FUNDADA EM SENTENÇA

30 - 2007.82.00.000492-7 FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE - FUNASA (Adv. SIMONNE JOVANKA NERY VAZ) x ANTONIO MARIANO DA CUNHA (Adv. ANTONIO BARBOSA DE ARAUJO, JOSE VIEIRA DO NASCIMENTO). 2- Remetam-se os presentes autos à distribuição para baixa e arquivamento.

FICAM INTIMADAS AS PARTES E SEUS ADVOGADOS DAS SENTENÇAS/DECISÕES/DESPACHOS NOS AUTOS ABAIXO RELACIONADOS PROFERIDOS PELO MM. JUIZ FEDERAL BIANOR ARRUDA BEZERRA NETO

Expediente do dia 24/11/2008 16:57

206 - EXECUÇÃO DE SENTENÇA CONTRA FAZENDA PÚBLICA

31 - 2003.82.00.007730-5 ANTONIO JOSE LOPES FILHO (Adv. JAIME DE OLIVEIRA PINHEIRO, FABIO GOMES GUIMARAES, EDUARDO LUCENA DA CUNHA LIMA, STEPHENSON ALEXANDRE VIANA MARREIRO) x UNIÃO (Adv. SEM PROCURADOR) x INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL - INSS (Adv. SEM PROCURADOR) x REDE FERROVIARIA FEDERAL S/A - RFFSA. 2.A determinação do valor da condenação referente à obrigação de pagar depende neste caso, tão-somente, de cálculo aritmético, fazendo-se necessária a apresentação de pedido expresso do(a)(s) credor(a)(s) para cumprimento do título judicial nessa parte, acompanhado de memória discriminada e atualizada do cálculo. 3.Isto posto, concedo um prazo de 15 (quinze) dias para que o credor (PARTE AUTORA) requeira o cumprimento do julgado referente à obrigação de pagar contra a Fazenda Pública, na forma do CPC, art. 730, instruindo o seu pedido com planilha discriminada e atualizada de cálculo.

97 - EXECUÇÃO/CUMPRIMENTO DE SENTENÇA

32 - 96.0000116-2 SERGIO JOSE FERREIRA (Adv. ALDENORA RODRIGUES DE LACERDA, MARIA CLEMENTINO DE CALDAS) x INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL - INSS (Adv. RAIMUNDO LUCIANO MENEZES JUNIOR). 2.A determinação do valor da condenação referente à obrigação de pagar depende neste caso, tão-somente, de cálculo aritmético, fazendo-se necessária a apresentação de pedido expresso do(a)(s) credor(a)(s) para cumprimento do título judicial nessa parte, acompanhado de memória discriminada e atualizada do cálculo. 3.Além disso, o credor PARTE AUTORA deverá providenciar o paga-

mento das custas processuais da execução, quando da apresentação do pedido de execução julgado, devendo elas serem calculadas com base na importância final apurada, de acordo com a Lei nº 9.289/1996, art. 14, § 3º, ressalvadas as isenções legais, podendo a guia de recolhimento ser obtida junto à Secretaria da Vara (Seção de Cálculos e Publicação). 4.Isto posto, concedo um prazo de 15 (quinze) dias para o credor manifestar-se sobre o cumprimento, ou não, da obrigação de fazer e, caso afirmativo, requerer o cumprimento do julgado referente à obrigação de pagar contra a Fazenda Pública, na forma do CPC, art. 730, instruindo o seu pedido com planilha discriminada e atualizada de cálculo...

33 - 2003.82.00.001626-2 NILCE DE FRANCA COSTA (Adv. JURANDIR PEREIRA DA SILVA, CICERO RICARDO A. A. CORDEIRO, IVO CASTELO BRANCO PEREIRA DA SILVA, ANDRE CASTELO BRANCO PEREIRA DA SILVA) x INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL - INSS (Adv. MARIA DAS DORES VIANA MONTENEGRO). 2.A determinação do valor da condenação referente à obrigação de pagar depende neste caso, tão-somente, de cálculo aritmético, fazendo-se necessária a apresentação de pedido expresso do(a)(s) credor(a)(s) para cumprimento do título judicial nessa parte, acompanhado de memória discriminada e atualizada do cálculo. 3.Isto posto, concedo um prazo de 15 (quinze) dias para que o credor manifestar-se sobre o cumprimento ou não da obrigação de fazer pelo INSS e, caso afirmativo, requeira o cumprimento do julgado referente à obrigação de pagar contra a Fazenda Pública, na forma do CPC, art. 730, instruindo o seu pedido com planilha discriminada e atualizada de cálculo...

29 - AÇÃO ORDINÁRIA (PROCEDIMENTO COMUM ORDINÁRIO)

34 - 2001.82.00.002884-0 FIRMINO DOMINGOS DA SILVA (Adv. JANIO LUIS DE FREITAS) x UNIÃO (Adv. MANOEL BATISTA DE OLIVEIRA JUNIOR). ... 3- ...vista às partes, nos termos da Resolução nº 559/2007 do CJF. 4- Sem manifestação, remeta-se a Requisição de pagamento ao TRF 5ª Região.

35 - 2003.82.00.005872-4 JOSE NILSON GUEDES CARDOSO (Adv. JURANDIR PEREIRA DA SILVA, CICERO RICARDO ANTAS A CORDEIRO) x INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL - INSS (Adv. JOSE MARIA MAIA DE FREITAS (INSS)). 2.A determinação do valor da condenação referente à obrigação de pagar depende neste caso, tão-somente, de cálculo aritmético, fazendo-se necessária a apresentação de pedido expresso do(a)(s) credor(a)(s) para cumprimento do título judicial nessa parte, acompanhado de memória discriminada e atualizada do cálculo. 3.Isto posto, concedo um prazo de 15 (quinze) dias para que o Autor/executeur informe sobre o cumprimento ou não da obrigação de fazer pelo INSS e, caso afirmativo, requeira o cumprimento do julgado referente à obrigação de pagar contra a Fazenda Pública, na forma do CPC, art. 730, instruindo o seu pedido com planilha discriminada e atualizada de cálculo.

36 - 2007.82.00.003613-8 JAIR SOARES VENANCIO DA SILVA (Adv. MARCOS ANTONIO INACIO DA SILVA, NARRIMAN XAVIER DA COSTA, JUSSARA TAVARES SANTOS SOUSA, HUMBERTO TROCOLI NETO, ERALDO LUIS BRAZ DE MORAIS) x CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF (Adv. SEM ADVOGADO). ... 15.- Ante o exposto, INDEFIRO a inicial e EXTINGO o processo sem apreciação do mérito, nos termos do artigo 267, I, do Código de Processo Civil. 16.- Sem condenação ao pagamento de honorários advocatícios, tendo em vista a não triangularização processual. 17.- Sem custas, na forma da Lei nº 9.286/96 e da Lei nº 1.060/50. 18.- Transitada em julgado sem recurso, archive-se desde logo.

37 - 2007.82.00.003616-3 HERMES GOMES DE ARAÚJO (Adv. MARCOS ANTONIO INACIO DA SILVA, NARRIMAN XAVIER DA COSTA, JUSSARA TAVARES SANTOS SOUSA, HUMBERTO TROCOLI NETO, ERALDO LUIS BRAZ DE MORAIS) x CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF (Adv. SEM ADVOGADO). ... 15.- Ante o exposto, INDEFIRO a inicial e EXTINGO o processo sem apreciação do mérito, nos termos do artigo 267, I, do Código de Processo Civil. 16.- Sem condenação ao pagamento de honorários advocatícios, tendo em vista a não triangularização processual. 17.- Sem custas, na forma da Lei nº 9.286/96 e da Lei nº 1.060/50. 18.- Transitada em julgado sem recurso, archive-se desde logo.

38 - 2007.82.00.003633-3 SEVERINA CHAVES DE FARIAS (Adv. MARCOS ANTONIO INACIO DA SILVA, NARRIMAN XAVIER DA COSTA, JUSSARA TAVARES SANTOS SOUSA, HUMBERTO TROCOLI NETO, ERALDO LUIS BRAZ DE MORAIS) x CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF (Adv. SEM ADVOGADO). ... 15.- Ante o exposto, INDEFIRO a inicial e EXTINGO o processo sem apreciação do mérito, nos termos do artigo 267, I, do Código de Processo Civil. 16.- Sem condenação ao pagamento de honorários advocatícios, tendo em vista a não triangularização processual. 17.- Sem custas, na forma da Lei nº 9.286/96 e da Lei nº 1.060/50. 18.- Transitada em julgado sem recurso, archive-se desde logo.

39 - 2007.82.00.003634-5 MARIA DO CÉU DE PONTES PEREIRA (Adv. MARCOS ANTONIO INACIO DA SILVA, NARRIMAN XAVIER DA COSTA, JUSSARA TAVARES SANTOS SOUSA, HUMBERTO TROCOLI NETO, ERALDO LUIS BRAZ DE MORAIS) x CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF (Adv. SEM ADVOGADO). ... 15.- Ante o exposto, INDEFIRO a inicial e EXTINGO o processo sem apreciação do mérito, nos termos do artigo 267, I, do Código de Processo Civil. 16.- Sem condenação ao pagamento de honorários advocatícios, tendo em vista a não triangularização processual. 17.- Sem custas, na forma da Lei nº 9.286/96 e da Lei nº 1.060/50. 18.- Transitada em julgado sem recurso, archive-se desde logo.

40 - 2007.82.00.003649-7 JOAO TOME PROCOPIO (Adv. MARCOS ANTONIO INACIO DA SILVA,

Assis de Oliveira, José Cassimiro de Lima e Terezinha Simão de Maria - fls. 282/287). Os embargos opostos a esta execução já foram decididos (fls. 429/433) e, para estes autores, o processo encontra-se pronto para expedição de RPV. Os demais autores requereram a execução posteriormente (fls. 335/339), porém, desta execução o INSS ainda não foi citado, muito embora já tenha sido deferida a habilitação dos sucessores de um deles (Paulo de Araújo Neto), conforme decisão de fls. 442/443. Dessa forma, considerando as distintas fases em que o feito se encontra para os autores, determino à Secretaria que adote as seguintes providências: 1 - Expeça-se, RPV para os autores Francisco de Assis de Oliveira, José Cassimiro de Lima e Terezinha Simão de Maria; 2 - Após, intime-se o patrono do feito para que proceda à emenda da execução requerida às fls. 335/339, visto que o autor Paulo de Araújo Neto foi identificado na execução como parte exequente, quando já havia falecido desde 2002 (fl. 377). Além disso, este autor foi regularmente substituído no feito por sua sucessora. 3 - Atendida a determinação acima, cite-se o INSS para os fins previstos no art. 730, do CPC, relativamente à(s) nova(s) execução(ões) requerida(s). 4 - Não havendo interposição de embargos contra a(s) execução(ões) requerida(s), requisite-se o pagamento da verba executada, com as cautelas de praxe. 5 - Dê-se ao feito a prioridade necessária, ante o tempo de sua tramitação, cumprindo todas as determinações acima com urgência.

25 - 99.0100634-1 MARIA JOSE BEZERRA E OUTRO (Adv. JOSEFA INES DE SOUZA) x INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL - INSS (Adv. SEM PROCURADOR). A sucessora habilitada no feito poderá sacar os valores depositados em nome do autor falecido, independentemente da transferência requerida à fl. 174, pois já foi comunicada à Agência responsável a habilitação deferida nos autos, conforme expediente de fl. 169-170. Fica, por isso, indeferido o pedido de fl. 174. Aguarde-se a manifestação da requerente quanto à satisfação de seu crédito, pelo prazo de 15 (quinze) dias. Não sendo requeridas outras providências, devolvam-se os autos ao arquivo com a devida baixa.

29 - AÇÃO ORDINÁRIA (PROCEDIMENTO COMUM ORDINÁRIO)

26 - 2008.82.01.002497-6 DALMO MARCELO DE ALBUQUERQUE LIMA (Adv. EMERSON MOREIRA DE OLIVEIRA, GUILHERME FONTES DE MEDEIROS) x UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE - UFCG (Adv. SEM PROCURADOR). DALMO MARCELO DE ALBUQUERQUE LIMA, devidamente qualificado à inicial, ajuizou a presente ação ordinária, com pedido de antecipação de tutela, em face da UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE - UFCG, objetivando a revisão do percentual da Gratificação de Estímulo à Docência (GED) instituída pela Lei 9.678/1998. O autor defende que todos os servidores ativos da demandada percebem a mencionada gratificação à base de 140 (cento e quarenta) pontos, na forma estabelecida na referida lei, enquanto os servidores inativos foram contemplados com apenas 91 (noventa e um) pontos, o que, na sua ótica, macula o princípio da isonomia. Afirma, ainda, que a diferenciação acima mencionada fere a Constituição Federal, que garante aos aposentados, a mesmas vantagens concedidas aos servidores em atividade. Com a inicial, procuração e documentos (fls. 35/43). Custas recolhidas (fl. 44). Era o que comportava explicitação para este juízo de cognição sumária. Sobreleva-se da peça preambular que o autor busca, liminarmente, a complementação do valor da Gratificação de Estímulo à Docência (GED) instituída pela Lei 9.678/1998, a fim de passar a receber o equivalente a 140 pontos. Evidencia-se que o pedido liminar, caso acolhido, acarretará um aumento na remuneração do demandante em decorrência da complementação da Gratificação de Estímulo à Docência (GED). Ocorre que o referido pleito encontra óbice legal na norma contida no art. 1.º da Lei n.º 9.494/97, cuja constitucionalidade fora reconhecida recentemente pelo STF, no julgamento da ADC nº 4 - noticiado no informativo 522 - segundo a qual, é vedada a concessão de tutela antecipada contra a Fazenda Pública que implique em "reclassificação ou equiparação de servidores públicos, ou à concessão de aumento ou extensão de vantagens". Ante o exposto, INDEFIRO o pedido de antecipação os efeitos da tutela jurisdicional. Intimem-se as partes desta decisão. Cite-se a UFCG. Havendo resposta com preliminares, vista ao autor para réplica, caso contrário, voltem-me conclusos para sentença, eis que a matéria em apreço prescinde da produção de provas. P.I.

27 - 2008.82.01.002001-6 FRANCISCO DE SOUSA RAMALHO (Adv. MAURO ROCHA GUEDES) x CERES - FUNDAÇÃO DE SEGURIDADE SOCIAL (Adv. SEM ADVOGADO). Ante o exposto, declino da competência e determino a remessa destes autos a uma das Varas Estaduais nesta Comarca de Campina Grande. Intimem-se.

Total Intimação : 27
 RELAÇÃO DE ADVOGADOS (E/OU PROCURADORES) CONSTANTES NESTA PAUTA:
 ANDRE CASTELO BRANCO PEREIRA DA SILVA-18
 ANTONIO BARBOSA FILHO-6
 ANTONIO DA SILVA CAMPOS JUNIOR-5
 ANTONIO EMIDIO FILHO-12

ANTONIO JOSE ARAUJO CARVALHO-4
 CARLOS ANTONIO DE ARAUJO BONFIM-10,24
 CARMEM WALERIA D. M. FERNANDES-2
 CARMEN WALERIA D. M. FERNANDES-6
 CICERO GUEDES RODRIGUES-23
 CICERO RICARDO ANTAS A CORDEIRO-16
 DANIELLY MOREIRA PIRES FERREIRA-1
 DHELIO JORGE RAMOS PONTES-17
 EDNA APARECIDA FIDÉLIS DE ASSIS-19
 EMERSON MOREIRA DE OLIVEIRA-26
 FABIO ROMERO DE SOUZA RANGEL-3
 FERNANDO DA SILVA ROCHA-3,8
 FRANCISCO DAS CHAGAS NUNES-3
 FRANCISCO NOBREGA DOS SANTOS-16,24
 GUILHERME FONTES DE MEDEIROS-26
 HEBERT GOIS ROMEIRO-3
 HEITOR CABRAL DA SILVA-23
 IBER CAMARA DE OLIVEIRA-24
 ISAAC MARQUES CATÃO-23
 ITAMAR GOUVEIA DA SILVA-6
 IVO CASTELO BRANCO PEREIRA DA SILVA-15,16,18
 JAIME MARTINS PEREIRA JUNIOR-3
 JALDELENIOS REIS DE MENESES-6
 JEAN CAMARA DE OLIVEIRA-24
 JOAO FELICIANO PESSOA-14
 JOAO JOSE SARAIVA COELHO-12
 JONATHAN OLIVEIRA DE PONTES-6
 JOSE CAMARA DE OLIVEIRA-10,24
 JOSE FRANCISCO FERNANDES JUNIOR-7
 JOSE MARTINS DA SILVA-16,24
 JOSE TADEU ALCOFORADO CATAO-4,8,9
 JOSEFA INES DE SOUZA-14,25
 JURACI FELIX CAVALCANTE JUNIOR-2
 JURANDIR PEREIRA DA SILVA-10,15,16,18
 JUSTINIANO DIAS DA SILVA JUNIOR-11
 KEILA CRISTINA BRITO DA SILVA-24
 KERGINALDO CANDIDO PEREIRA-5
 LUCIA DE FATIMA CORREIA LIMA-9
 MARCOS CALUMBI NOBREGA DIAS-5,7
 MARIA AUXILIADORA CABRAL-13
 MARIA DE FATIMA BARBOSA DE MELO-14
 MAURO ROCHA GUEDES-27
 NEWTON NOBEL SOBREIRA VITA-20
 PAULO LOPES DA SILVA-3
 RICARDO POLLASTRINI-3
 RIVANA CAVALCANTE VIANA-18
 RODRIGO AZEVEDO GRECO-21
 RODRIGO DOS SANTOS LIMA-22
 ROSA DE MEDEIROS CAVALCANTE-2
 SABINO RAMALHO LOPES-13
 SALVADOR CONGENTINO NETO-3
 SEM ADVOGADO-8,11,12,21,27
 SEM PROCURADOR-1,16,17,18,19,20,22,25,26
 SERGIO AUGUSTO DE QUEIROZ-3
 SERGIO MOTA DE ALMEIDA-3
 TANIO ABILIO DE ALBUQUERQUE VIANA-8
 TULIO MARCIO VALADARES GABINO-7
 VERA LUCIA SERPA DE MENEZES LINS-23
 VITAL BEZERRA LOPES-11
 ZILEIDA DE V BARROS-15

Setor de Publicacao
DRA. MAGALI DIAS SCHERER
 Diretor(a) da Secretaria
 6ª. VARA FEDERAL

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRA INSTÂNCIA
SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA – JOÃO PESSOA
5ª VARA – PRIVATIVA DAS EXECUÇÕES FISCAIS

EDITAL DE CITAÇÃO
COM PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS
EDITAL Nº EDT.0005.000549-0/2008

PROCESSO Nº: 2004.82.00.008493-4
Processo Apenso: 2004.82.00.008494-6,
 2004.82.00.008495-8
CLASSE: 99 **AÇÃO:** EXECUÇÃO FISCAL
EXEQUENTE: COMISSAO DE VALORES MOBILIARIOS - CVM
EXECUTADO: AGROPEC CEARENSE SA-ACESA
DEVEDOR(ES): AGROPEC CEARENSE SA-ACESA, CPF/CNPJ nº 10.767.341/0001-40.
FINALIDADE: CITAÇÃO do(s) devedor(es) acima indicado(s) para que, nos termos do art. 8º, inciso IV, da Lei nº 6.830/80, pague(m), no prazo de 05 (cinco) dias, a dívida em execução no valor de R\$ 94.407,45 (atualizada até 30/06/2004), com juros de mora, multa, correção monetária e custas judiciais ou garanta(m) a execução (art. 9º, da Lei nº 6.830/80), ficando ciente(s) de que, não sendo paga a dívida e nem garantida a execução, serão penhorados tantos bens quantos bastem para garantia integral do débito executado.
NATUREZA DA DÍVIDA: Débito referente a **OUTRAS CONTRIBUIÇÕES**, inscrito na dívida ativa sob a(s) CDA(s) nº 34, 35, 36, 37, 30, 31, 32, 33.
SEDE DO JUÍZO: Seção Judiciária da Paraíba, 5ª Vara Federal, Fórum Juiz Federal Rivalvo Costa, situado na Rua João Teixeira de Carvalho, n.º 480, Conjunto Pedro Gondim, nesta Capital, com expediente no horário das 12h às 18h, de 2ª a 5ª, e na 6ª das 8h às 13h.
PUBLICAÇÃO E AFIXAÇÃO DO EDITAL: Publicado uma vez, gratuitamente, no Diário da Justiça do Estado e afixado na Sede do Juízo, no local de costume, conforme art. 22, da Lei 6.830/80.
 João Pessoa - PB, 20 de novembro de 2008.
HELIO LUIZ PESSOA DE AQUINO
 Diretor de Secretaria da 5ª Vara

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRA INSTÂNCIA
SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA – JOÃO PESSOA
5ª VARA – PRIVATIVA DAS EXECUÇÕES FISCAIS

EDITAL DE CITAÇÃO
COM PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS
EDITAL Nº EDT.0005.000550-2/2008

PROCESSO Nº: 2006.82.00.004322-9
CLASSE: 99 **AÇÃO:** EXECUÇÃO FISCAL
EXEQUENTE: COMISSAO DE VALORES MOBILIARIOS - CVM
EXECUTADO: INDUSTRIA PARAIBANA DE COUROS SA INPASA e outro
DEVEDOR(ES): IND PARAIBANA DE COUROS SA INPASA, CNPJ nº 09.092.834/0001-49 e MARCELO CARLOS DE LUNA COUTINHO, CPF nº 227.243.114-34
FINALIDADE: CITAÇÃO do(s) devedor(es) acima indicado(s) para que, nos termos do art. 8º, inciso IV, da Lei nº 6.830/80, pague(m), no prazo de 05 (cinco) dias, a dívida em execução no valor de R\$ 31.421,47 (atualizada até 20/04/2006), com juros de mora, multa, correção monetária e custas judiciais ou garanta(m) a execução (art. 9º, da Lei nº 6.830/80), ficando ciente(s) de que, não sendo paga a dívida e nem garantida a execução, serão penhorados tantos bens quantos bastem para garantia integral do débito executado.
NATUREZA DA DÍVIDA: Débito referente a **OUTRAS CONTRIBUIÇÕES**, inscrito na dívida ativa sob a(s) CDA(s) nº 38.
SEDE DO JUÍZO: Seção Judiciária da Paraíba, 5ª Vara Federal, Fórum Juiz Federal Rivalvo Costa, situado na Rua João Teixeira de Carvalho, n.º 480, Conjunto Pedro Gondim, nesta Capital, com expediente no horário das 09h às 18h de 2ª a 6ª Feira.
PUBLICAÇÃO E AFIXAÇÃO DO EDITAL: Publicado uma vez, gratuitamente, no Diário da Justiça do Estado e afixado na Sede do Juízo, no local de costume, conforme art. 22, da Lei 6.830/80.
 João Pessoa - PB, 20 de novembro de 2008.
HELIO LUIZ PESSOA DE AQUINO
 Diretor de Secretaria da 5ª Vara

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRA INSTÂNCIA
SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA – JOÃO PESSOA
5ª VARA – PRIVATIVA DAS EXECUÇÕES FISCAIS

EDITAL DE CITAÇÃO
COM PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS
EDITAL Nº EDT.0005.000551-7/2008

PROCESSO Nº: 2007.82.00.011231-1
CLASSE: 99 **AÇÃO:** EXECUÇÃO FISCAL
EXEQUENTE: UNIAO (FAZENDA NACIONAL)
EXECUTADO: EDVALDO FERREIRA DE SENA ME
DEVEDOR(ES): EDVALDO FERREIRA DE SENA ME, CNPJ nº 04174590/0001-20
FINALIDADE: CITAÇÃO do(s) devedor(es) acima indicado(s) para que, nos termos do art. 8º, inciso IV, da Lei nº 6.830/80, pague(m), no prazo de 05 (cinco) dias, a dívida em execução no valor de R\$ 123.037,53 (atualizada até 10/09/2008), com juros de mora, multa, correção monetária e custas judiciais ou garanta(m) a execução (art. 9º, da Lei nº 6.830/80), ficando ciente(s) de que, não sendo paga a dívida e nem garantida a execução, serão penhorados tantos bens quantos bastem para garantia integral do débito executado.
NATUREZA DA DÍVIDA: Débito referente a **SIMPLES**, inscrito na dívida ativa sob a(s) CDA(s) nº 42407000092-41.
SEDE DO JUÍZO: Seção Judiciária da Paraíba, 5ª Vara Federal, Fórum Juiz Federal Rivalvo Costa, situado na Rua João Teixeira de Carvalho, n.º 480, Conjunto Pedro Gondim, nesta Capital, com expediente no horário das 09h às 18h de 2ª a 6ª Feira.
PUBLICAÇÃO E AFIXAÇÃO DO EDITAL: Publicado uma vez, gratuitamente, no Diário da Justiça do Estado e afixado na Sede do Juízo, no local de costume, conforme art. 22, da Lei 6.830/80.
 João Pessoa - PB, 20 de novembro de 2008.
HELIO LUIZ PESSOA DE AQUINO
 Diretor de Secretaria da 5ª Vara

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRA INSTÂNCIA
SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA – JOÃO PESSOA
5ª VARA – PRIVATIVA DAS EXECUÇÕES FISCAIS

EDITAL DE CITAÇÃO
COM PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS
EDITAL Nº EDT.0005.000552-1/2008

PROCESSO Nº: 2006.82.00.000635-0
CLASSE: 99 **AÇÃO:** EXECUÇÃO FISCAL
EXEQUENTE: UNIAO (FAZENDA NACIONAL)
EXECUTADO: SOMVITEC COM REP E ASSIST TECNICA DE EQUIP ELET LTDA e outro
DEVEDOR(ES): SOMVITEC COM REP E ASSIST TECNICA DE EQUIP ELET LTDA, CNPJ nº 40959504/0001-58, bem como o co-devedor Sr. Carlos Alberto Bezerra Wanderley, CPF nº 180.408.104-34
FINALIDADE: CITAÇÃO do(s) devedor(es) acima indicado(s) para que, nos termos do art. 8º, inciso IV, da Lei nº 6.830/80, pague(m), no prazo de 05 (cinco) dias, a dívida em execução no valor de R\$ 12.536,58 (atualizada até 03/06/2008), com juros de mora, multa, correção monetária e custas judiciais ou garanta(m) a execução (art. 9º, da Lei nº 6.830/80), ficando ciente(s) de que, não sendo paga a dívida e nem garantida a

execução, serão penhorados tantos bens quantos bastem para garantia integral do débito executado.
NATUREZA DA DÍVIDA: Débito referente a **OUTROS IMPOSTOS DA FAZENDA NACIONAL**, inscrito na dívida ativa sob a(s) CDA(s) nº 42 2 99 002296-60, 42 2 03 000016-13, 42 2 05 001172-08, 42 4 02 002690-31, 42 4 05 001483-02, 42 6 99 005943-91, 42 6 03 000019-90, 42 6 04 001127-42, 42 7 99 000953-76, 42 7 99 000954-57.
SEDE DO JUÍZO: Seção Judiciária da Paraíba, 5ª Vara Federal, Fórum Juiz Federal Rivalvo Costa, situado na Rua João Teixeira de Carvalho, n.º 480, Conjunto Pedro Gondim, nesta Capital, com expediente no horário das 09h às 18h de 2ª a 6ª Feira.
PUBLICAÇÃO E AFIXAÇÃO DO EDITAL: Publicado uma vez, gratuitamente, no Diário da Justiça do Estado e afixado na Sede do Juízo, no local de costume, conforme art. 22, da Lei 6.830/80.
 João Pessoa - PB, 20 de novembro de 2008.
HELIO LUIZ PESSOA DE AQUINO
 Diretor de Secretaria da 5ª Vara

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRA INSTÂNCIA
SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA – JOÃO PESSOA
5ª VARA – PRIVATIVA DAS EXECUÇÕES FISCAIS

EDITAL DE CITAÇÃO
COM PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS
EDITAL Nº EDT.0005.000553-6/2008

PROCESSO Nº: 2002.82.00.007217-0
CLASSE: 99 **AÇÃO:** EXECUÇÃO FISCAL
EXEQUENTE: UNIAO (FAZENDA NACIONAL)
EXECUTADO: ONEIDE MENDES FERREIRA ME e outro
DEVEDOR(ES):
FINALIDADE: CITAÇÃO do(s) devedor(es) acima indicado(s) para que, nos termos do art. 8º, inciso IV, da Lei nº 6.830/80, pague(m), no prazo de 05 (cinco) dias, a dívida em execução no valor de R\$ 15.424,10 (atualizada até 16/35,12), com juros de mora, multa, correção monetária e custas judiciais ou garanta(m) a execução (art. 9º, da Lei nº 6.830/80), ficando ciente(s) de que, não sendo paga a dívida e nem garantida a execução, serão penhorados tantos bens quantos bastem para garantia integral do débito executado.
NATUREZA DA DÍVIDA: Débito referente a **SIMPLES**, inscrito na dívida ativa sob a(s) CDA(s) nº 42402000771-24.
SEDE DO JUÍZO: Seção Judiciária da Paraíba, 5ª Vara Federal, Fórum Juiz Federal Rivalvo Costa, situado na Rua João Teixeira de Carvalho, n.º 480, Conjunto Pedro Gondim, nesta Capital, com expediente no horário das 09h às 18h de 2ª a 6ª Feira.
PUBLICAÇÃO E AFIXAÇÃO DO EDITAL: Publicado uma vez, gratuitamente, no Diário da Justiça do Estado e afixado na Sede do Juízo, no local de costume, conforme art. 22, da Lei 6.830/80.
 João Pessoa - PB, 20 de novembro de 2008.
HELIO LUIZ PESSOA DE AQUINO
 Diretor de Secretaria da 5ª Vara

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRA INSTÂNCIA
SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA – JOÃO PESSOA
5ª VARA – PRIVATIVA DAS EXECUÇÕES FISCAIS

EDITAL DE INTIMAÇÃO
COM PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS
EDITAL Nº EDT.0005.000554-0/2008

PROCESSO Nº: 2000.82.00.008913-6
Processo Apenso: 2000.82.00.010646-8
CLASSE: 99 **AÇÃO:** EXECUÇÃO FISCAL
EXEQUENTE: UNIAO (FAZENDA NACIONAL)
EXECUTADO: NUTRIMENTALLE REFEICOES COLETIVAS LTDA e outro
INTIMAÇÃO DE: JOSMAR SEABRA GOMES, CPF nº 691.965.594-20.
FINALIDADE: INTIMAÇÃO do(a)(s) executado(a)(s) acima indicado(a)(s) para ciência do bloqueio/penhora realizado via BACENJUD sobre valores e aplicações financeiras a ele(a)(s) pertencentes, bem como para indicar outros bens passíveis de penhora, a fim de que, garantida a execução, possa(m) ajuizar embargos.
VALORES PENHORADOS:
 Ø Instituição Financeira: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
 Ø Valor(es) Bloqueado(s): R\$ 375,63
NATUREZA DA DÍVIDA: Débito referente a **OUTROS TIPOS DE COBRANCA**, inscrito na Dívida Ativa sob a(s) CDAs nº 426995310.
SEDE DO JUÍZO: Seção Judiciária da Paraíba, 5ª Vara Federal, Fórum Juiz Federal Rivalvo Costa, situado na Rua João Teixeira de Carvalho, n.º 480, Conjunto Pedro Gondim, nesta Capital, com expediente de segunda a sexta-feira, das 9 às 18 horas.
PUBLICAÇÃO E AFIXAÇÃO DO EDITAL: Publicado uma vez, gratuitamente, no Diário da Justiça do Estado e afixado na Sede do Juízo, no local de costume, conforme art. 22, da Lei 6.830/80.
 João Pessoa - PB, 20 de novembro de 2008.
HELIO LUIZ PESSOA DE AQUINO
 Diretor de Secretaria da 5ª Vara

Agora o Diário Oficial e o Diário da Justiça em versão eletrônica.

Agilidade, praticidade e economia. Faça sua assinatura eletrônica.

Disponível em seu e-mail nas primeiras horas do dia.

@ diariodajustica@aurio.pb.gov.br 3218.6518

